

**“TEM UM ESPÍRITO QUE VIVE DENTRO DESSA PELE”:  
FEITIÇARIA E DESENVOLVIMENTO EM TETE, MOÇAMBIQUE**

Inácio Dias de Andrade  
inacio.and@gmail.com  
FAPESP  
IFCH-Unicamp  
Doutorando

Em Tete, província de região central de Moçambique, bilhões de dólares de multinacionais brasileiras e estrangeiras foram investidos para a construção de um complexo de mineração. A indústria mineira, os projetos montados pelas empresas, assim como os reparos às populações desalojadas pelo empreendimento dialogam com o aparato para o desenvolvimento montado pela cooperação internacional e com o ideal de replicar uma democracia ocidental em aldeias rurais. Os novos modos de associação em Tete embatem-se com regras locais sobre comensalidade e feitiçaria, instaurando uma cadeia de desentendimentos sobre o desenvolvimento, sua origem e consequências.

Palavras-Chave: Feitiçaria, desenvolvimento, cooperação internacional, comensalidade

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

Em 2007, a Vale, empresa brasileira, assinou um acordo com o governo moçambicano para a exploração de carvão em Moatize, cidade localizada a 30 km da cidade de Tete, capital homônima da província, que possui reservas comprovadas de 6 bilhões de toneladas do minério. Nos próximos dez anos, a Vale já se comprometeu a direcionar mais de 9 bilhões de dólares a região em investimentos, como também vai construir uma nova linha férrea para o escoamento das 28 milhões de toneladas de carvão que pretende extrair anualmente. A Vale é a maior mineradora da região, mas outras empresas também possuem grandes investimentos em Tete. Os projetos mineiros são os grandes responsáveis pelo boom da economia da província, que desde liberalização econômica recebe milhares de dólares em programas de desenvolvimento bancados pela cooperação internacional.

Tete é uma província localizada na região central de Moçambique, a cerca de 1 570 km de Maputo, a capital do país. A região ainda abriga a companhia carbonífera australiana Rio Tinto e outras empresas extrativas, que abrem outras minas, prospectam outros territórios e disputam os meios de escoamento do produto. Os planos das empresas incluem o deslocamento e o reassentamento de diversas populações em novas casas e projetos de

desenvolvimento sócio-econômico para os reassentados. Duas populações já foram realojadas e suas áreas estão sendo exploradas, todavia a exploração mal começou e milhares de outras pessoas podem ser afetadas.

No entanto, a Vale não é a primeira grande tentativa de reconfiguração do território e gerenciamento populacional na região. A empresa chega em meio a uma estrutura associativa montada pela agenda política internacional, por esforços estatais e práticas e estratégias da população local em meio a esse turbilhão. O projeto brasileiro dialoga com história centenária de mineração na região, com o colonialismo português, findo em 1975, com 7 anos de guerra de libertação, seguida por 16 anos de guerra civil, inserindo-se e reestruturando o sistema internacional de desenvolvimento montado pela política econômica liberalizante que aportou no país no pós-guerra.

No campo semântico, as concepções históricas acerca do desenvolvimento e as discussões sobre os métodos necessários para atingi-lo estruturam um campo de disputas que legitima essas intervenções. Com a chegada das agências internacionais na década de 80, a ideia do desenvolvimento ganhou uma nova dinâmica local. Impulsionado pelo dinheiro enviado e inúmeros projetos financiados, o desenvolvimento foi operacionalizado como uma ideia estruturante na cena política local. Tanto os cooperantes estrangeiros, como os beneficiários locais se viram envoltos numa rede tecnocrática regida pelo proselitismo da modernização ocidental. Como campo simbólico privilegiado para interlocução, o desenvolvimento tornou-se, não só, o eixo central na formação de novos agrupamentos políticos, como um discurso em torno do qual seu público-alvo é obrigado a conformar suas práticas. Entretanto, as concepções e categorias que correm na arena do desenvolvimento, da sua origem à divisão de suas benesses, não são as mesmas e o campo de diálogo construído ao seu redor é composto de desentendimentos e incongruências, que, ao invés de impossibilitar sua implementação, transformaram-se em condição necessária para expansão de sua estrutura e para o suposto sucesso de sua empreitada.

\*\*\*

Estava a caminho de N'kondezi, localidade a cerca de 130 km da Cidade de Tete, capital da província mais a leste de Moçambique. Iria conhecer uma das comunidade atendidas pelo Programa Integrado de Combate à Pobreza através do Desenvolvimento Rural (PICP), ONG local instalada dentro da Missão Salesiana de Moatize, com financiamento da Jurgen Eine Welt, organização salesiana austríaca, que, por sua vez, recebe dinheiro da agência de desenvolvimento de seu país.

Eu havia tomado a xapa, transporte público local, e tentava explicar o que estava fazendo ali para uma plateia que queria saber “como era a vida num país desenvolvido”. Depois de um tempo, um dos meus ouvintes disse-me que o tipo de desenvolvimento que eu havia descrito, não seria possível ali na África. Eu havia tomado cuidado para deixar devidamente ressaltado que também existia pobreza no Brasil e que a vida por lá não era tão luxuosa como eles haviam visto nas novelas, mas por mais que tentasse, as insistentes afirmações sobre a qualidade de vida dos brasileiros continuavam.

Por fim, um dos meus ouvintes, com um olhar baixo, contou o porque. Tempos atrás, ele estava fazendo muito dinheiro com o seu negócio de revenda de chips de celular. Comprava cada um por 10 meticais e revendia por 20 – uma margem de lucro de 70 centavos de real – , mas já tinha as empresas estrangeiras como clientes e sua vida estava começando a melhorar. No entanto, durante à noite, dois homens entraram na sua casa, e quando ele acordou e flagrou os assaltantes, um deles deu-lhe com uma barra de ferro no meio do rosto, nocauteando-o. “Estragou todos os meus dentes”, mostrou-me a boca vazia. “Levaram tudo o que eu tinha. Aqui ninguém pode ver o outro melhorar de vida”, disse. “Os negros são desse jeito, invejosos”. Com o semblante cansado, recostou na janela e pensou durante poucos segundos: “Tem um espírito que vive aqui dentro” concluiu, melancolicamente, mostrando o braço e sua cor.

Zé Nova, camponês de Mameme, outra localidade atendida pelo projeto, tentava explicar um pouco mais, enquanto olhava para a cruz da igreja: “Não é Jesus branco? Os negros e os brancos são iguais, o sangue dentro de nós é o mesmo” falava enquanto apontava para o meu braço “mas a pele e o cérebro são diferentes. Deus nos fez diferente, fez o branco inteligente.”

Felipe, camponês que, como outros, busca um emprego nas muitas empresas que aportaram recentemente no local, resumiu-me uma narrativa comum na região, usada constantemente para explicar a natureza invejosa dos negros: “Quando Deus criou o mundo”, conta, “ele chamou as três raças para conversar e saber o que elas queriam. O branco disse que queria ter muitas ideias e Deus deu a inteligência para ele. Os indianos disseram que queriam fazer comércio, e por isso tem muitas lojas. Mas o negro, quando Deus o chamou, ficava apenas rindo e brincando, Deus, bravo com as brincadeiras, o mandou para a África e o amaldiçoou.”

Os negros são associados a tradição e a inveja, assim como ao azar. O negro amaldiçoado por Deus está fadado ao trabalho pesado da machamba e aos poderes ocultos da feitiçaria, alimentados pela inveja. “Viver à maneira”, o estilo de vida destinado ao negro, está oposto ao mundo do branco, do trabalho no escritório, longe do sol e da machamba, rodeado por tecnologia e conforto, só ao alcance dos negros que ousam cruzar a linha oculta que separa o mundo visível do invisível. Nesta visão, o desenvolvimento diferentemente do que entende a metodologia internacional, não é produto de um caminho trilhado em conjunto pelo cooperante e o beneficiário, ou de algo capaz de ser gerado de dentro das comunidades rurais. Antes de tudo, sua ausência é um fardo a ser carregado por pessoas que estão silenciosamente travando batalhas contra inveja e feitiçaria.

Para que entendamos a situação atual sobre o desenvolvimento no Baixo Zambeze, província de Tete, sugiro situar as configurações atuais sobre a prática desenvolvimentista em torno da experiência histórica dessas populações com os “vindouros”, *zobuera* em língua local.

A “inveja” e a “feitiçaria” surgem na ruptura de regras de comensalidade local e, mais do que isso, fornecem narrativas sobre a situação atual da região, bem como definem estratégias para contorná-la. Proponho que a compreensão das transformações da “economia moral” (Thompson, 1998 e Scott, 1976) constituída entre brancos e negros é essencial para entendermos o papel que a “inveja” exerce nas estratégias que camponeses desenvolvem para a manutenção do fluxo de bens ocidentais na região. As relações estabelecidas entre brancos e negros e as obrigatoriedades atribuídas a cada grupo é linha mestra através da qual o

desenvolvimento é entendido, sendo que as dinâmicas atuais das práticas desenvolvimentista só podem ser entendidas através de um balanço histórico da ocupação colonial do Baixo Zambeze e das relações que foram constituídas entre colonizadores e colonizados.

A difícil ocupação do interior de Moçambique, em especial o Vale do Zambeze, deveu-se aos diferentes acordos que os portugueses fizeram com as populações autóctones. Se de um lado, tais acordos permitiram aos portugueses a conquista da terra, de outro, fortaleceram determinadas linhagens locais. Para Isaacman (1972), o contato permitiu às populações a “africanização” de estruturas portuguesas, ao trazer o colonialista para dentro das obrigatoriedades das trocas locais, simbolizado de maneira mais clara, no casamento entre os vindouros e uma ou mais mulheres da região. Assim, o português ganhou para si um papel central na dinâmica das dádivas, além de transformar-se em mediador de certos conflitos locais.

Essa dupla relação entre a inveja inerente ao negro, de um lado, e a tentativa de incorporar o branco nas estruturas de trocas locais, de outro, são, para os habitantes do Baixo Zambeze, as principais preocupações através das quais são organizadas as associações de camponeses, essa estrutura exógena tão cara aos cooperantes estrangeiros. As associações são fundamentais para a implementação de projetos de desenvolvimento, recebem os bens e verbas da comunidade internacional e são a base de trabalho para os técnicos do desenvolvimento. Constituem-se, assim, em comunidades políticas regradas pela ordem jurídica weberiana.<sup>144</sup>

A população de Tete observa com curiosidade a obsessão incomum com a qual os cooperantes organizam associações de camponeses para receber os projetos internacionais. Todo o processo leva vários meses e diferentes pessoas vêm e vão com frequência para garantir que tudo está funcionando bem. É, de fato, um enorme gasto de energia. Para a

---

144 “(...) para o exercício e a ameaça desta coação, existe, na comunidade política plenamente desenvolvida, um sistema de ordem casuística, as quais se costuma atribuir aquela legitimidade específica: a 'ordem jurídica', da qual a única normal é considerada hoje a comunidade política, porque de fato tem usurpado, em regra, o monopólio de impor, mediante coação física, a observação daquela ordem. Esta preeminência da 'ordem jurídica' é o resultado hoje de um processo de desenvolvimento muito lento, durante o qual as outras comunidades, portadoras de poderes coativos próprios, sob pressão das mudanças econômicas e organizatórias, perderam seu poder sobre o indivíduo e se dissolveram ou, então, subjugadas pela ação da comunidade política, viram seu poder coativo por ela limitado ou atribuído.” (Weber, 2004, 157)

comunidade internacional, esta abordagem incentiva o trabalho coletivo e solidário e fornece bases práticas para o desenvolvimento político de uma democracia jovem como a moçambicana.

O fenômeno associativo é parte de um projeto de crescente racionalização da esfera pública, concebido como um dos mecanismos de controle democráticos propalados pelos *policymakers* da cooperação internacional. Por de trás desse discurso se esconde a clássica dicotomia modernidade/tradição relida por meio da ideia de transparência. A questão da transparência, no âmbito da cooperação, é um dos eixos principais pelo qual os modernos definem e discutem a sociedade em que vivem em oposição ao mundo da “ignorância” e “tradição” (West e Sanders, 2003). Nessa visão, um mundo no qual as ações humanas e decisões políticas são transparentes é um mundo submisso aos ditames da razão, no qual todas as decisões são validadas pela discussão pública e controlada pelos interesses comuns de seus membros.<sup>145</sup>

Para os cooperantes, o desenvolvimento da agricultura deveria ser estimulada pelo “empoderamento” da sociedade civil em seu nível local, através da livre associação, do empreendedorismo e da produção individualizada. Assim, a área rural do país foi tomada por cursos de capacitação sobre associativismo. Inúmeros grupos foram formados, cada um com seu presidente, vice-presidente e secretários, que deveriam convocar assembleias gerais e eleger democraticamente seus representantes. O financiamento internacional em forma de equipamentos, insumos, cursos e transportes eram (e ainda são) entregues exclusivamente a associações nacionais devidamente legalizadas nos parâmetros das novas leis do país, formuladas especificamente para receber os recursos externos.

Paradoxalmente, apesar desses investimentos pesados, o mercado livre, após trinta anos de ajuda internacional, não foi capaz de aumentar substancialmente a produção agrícola, muito menos a renda dos camponeses, no entanto o número de associações não parou de

---

145 O ideal da transparência surge através da releitura do mundo moderno sobre si próprio, como colocaria Bourdieu, o *accountability* é uma expressão de um ideal advindo de um campo de expectativas objetivas, de previsibilidade e calculabilidade, que pressupõe a existência de um sujeito racional construído através de conhecimentos e práticas transmitidas por meio de um ethos específico (Bourdieu, 1979).

crescer e a cada ano novos grupos são criados, transformando-os em atores políticos indispensáveis à cena local. Estaríamos diante de uma descentralização democrática que, mesmo com a falência do modelo econômico, pôde sobreviver após anos sendo sufocada por guerras e décadas de regime socialista? Ou o suposto reavivamento democrático deita raízes no emaranhado de lógicas e estruturas locais mais profundas construídas nos sucessivos encontros históricos com estruturas e discursos estrangeiros sobre suas condições?

As associações (e, de modo mais geral, o fenômeno do associativismo) possuem três níveis ideais de entendimento e significação. 1) De uma forma mais geral, para as estruturas internacionais, e em alguma medida para o governo moçambicano, as associações são ferramentas para a disseminação da democracia, da cidadania e da livre iniciativa; ainda mais, dentro do paradigma da transparência, são garantias burocráticas para o bom uso do financiamento e para as prestação de contas. Também devido a isso, os grandes projetos, conseguem identificar um interlocutor político claro, embora não único, com quem podem negociar e, sobretudo, que pode ser indenizado e deslocado. 2) Em um segundo patamar, para as ONGs nacionais, movimentos sociais e técnicos moçambicanos, ou seja para os mediadores entre as estruturas estrangeiras e as associações locais formadas em cada vilarejo, a chamada “sociedade civil organizada”, os membros associados são essenciais para o fortalecimento dos camponeses como movimento, além de garantirem pagamentos de mensalidades, segurança institucional e caminhos pelos quais o dinheiro internacional possa fluir. Por questão de espaço não tratarei dessa questão aqui. 3) O terceiro nível é, fundamentalmente, local. Nesse caso, o associativismo lida com as alianças e os perigos das relações sociais. Aqui o diálogo democrático e a partilha dos bens da comunidade internacional são apenas uma pequena parte da negociação e relações envolvidas na concepção do que seria essa outra forma de pertencimento. É nesse nível que pretendo me deter agora.

\*\*\*

Ao contrário do que apregoa a cooperação internacional, a ideia de transparência causa certo temor em Tete. Como me disse Zé Nova, presidente do comitê de gestão animal da Associação de Mameme, organização coordenada pelo PICP, uma pessoa precavida não deve

expor seus bens ao escrutínio público. Existe muita “inveja por aí”, disse-me. Contava que não quis construir sua casa perto dos seus irmãos. “Morar junto da família desperta a inveja”, ponderou. “As pessoas sempre ficam a olhar o que você está comendo”. Perguntei se ocorria o mesmo na associação, ele consentiu em silêncio. Mais tarde, como se tivesse ainda pensando sobre o assunto, afirmou: “Nós somos assim mesmo”. Deduzi que fazia referência a sua cor e segui calado, esperando sua conclusão. “Os brancos se ajudam, mas os negros são invejosos.”

A dinâmica dentro de uma associação segue um jogo perigoso em que os membros ponderam entre aquilo que devem mostrar e a necessidade de esconder o que pode ser objeto de inveja e, conseqüentemente, motivo para alguma feitiçaria. A cooperação internacional entende parte desse jogo de poder, mas relê esses eventos como uma versão tribal de nepotismo e corrupção. Muitas associações já acabaram com acusações de feitiçaria e enriquecimento ilícito e alguns técnicos internacionais com os quais conversei explicam que a saída é envolver mais de uma família na criação de associações e fazer com que elas se tornem espécies de fiscais, dividindo as benesses entre si e evitando que alguém receba mais que o resto.

A tentativa de replicar órgãos ocidentais em África e a obsessão por prestação de contas das burocracias modernas, tornaram as associações de camponeses interlocutores quase que naturais das empresas estrangeiras. E em nome da transparência, algumas delas assumiram um papel central quando as companhias mineiras, entre elas a Vale e a Rio Tinto, buscaram indenizar os camponeses desalojados pelos empreendimentos.

Tanto a Vale como a Rio Tinto deslocaram um enorme contingente populacional que gira em torno de 2 mil famílias até o momento. Os dois reassentamentos construídos a cerca de 40km das residências originais tiveram diferenças significativas, tanto naquilo que tange a construção das casas e do espaço físico, como no que diz respeito ao processo de negociação com as associações e moradores da localidade.

A Rio Tinto concluiu a construção das casas de Capanga, bairro de Moatize, no ano passado. No total, 450 famílias foram deslocadas para o bairro de Maladzi, a 3km do reassentamento da Vale. A Rio Tinto concordou em indenizar as famílias em 119 mil

meticais<sup>146</sup> pelas machambas familiares e construiu casas melhoradas, a partir da experiência anterior da empresa brasileira. A mineradora australiana negou-se a passar o valor das indenizações ao governo, suspeito de ter desviado parte do dinheiro das indenizações entregue pela Vale e repassou o montante a população por meio da associação de camponeses locais, negando-se a pagar indenizações individuais. Estaria deste modo resguardando seus interesses ao negociar com uma instituição juridicamente reconhecida pelo estado moçambicano, além de, em seu entendimento, conferir transparência ao processo. Além do mais, a associação estava acima de qualquer suspeita, tendo trabalhado com diferentes projetos de desenvolvimento sem qualquer problema.

Embora as indenizações da área tenham sido repassadas integralmente para a associação, os 24 membros, por estarem juridicamente constituídos e formarem um grupo articulado, conseguiram que os valores de suas machambas fossem pagos separadamente dos demais e depositados num fundo comum. Além disso, por também disporem de uma administração e uma machamba coletiva equipada com bombas d'água receberam o valor correspondente a esses itens, que deveria ser dividido entre seus membros.

A Rio Tinto tentou por meio dessas manobras resguarda-se e evitar manifestações, no entanto não sobraram acusações de fraude e corrupção e o clima entre população e empresa não é dos melhores. Segundo o presidente da associação, o governo e a empresa não definiram os limites das machambas indenizadas, o que impossibilitaria a divisão correta do dinheiro dos moradores não-membros. Já o dinheiro da associação depositado separadamente teria sido dividido, desse modo os membros possuem, além das casas, o dinheiro que lhes pertence em mãos, ficando o valor reservado ao restante da população guardado no banco à espera de sua justa divisão. No entanto, não foi assim que restante das pessoas leram o acontecimento.

Os rumores dão conta que após o pagamento das indenizações, o presidente, o vice e o tesoureiro da associação compraram carros e casas, sendo que eu mesmo vi dois de seus carros a circular pela cidade. Alguns técnicos moçambicanos viram os associados dividindo dinheiro das indenizações em sua sede e acusam-nos de “comerem sozinho” tudo que foi

---

146 Cerca de 8,200 reais.

pago, a população de Maladzi, persegue o presidente, que já não pode dormir na sua casa. Toda essa história é pública e bem conhecida. De um lado os associados defendem-se afirmando que ainda possuem 11 milhões de meticais em conta bancária, esperando apenas as diretrizes da empresa ou do governo, enquanto a população afirma categoricamente que eles roubaram o dinheiro.

Mas o enriquecimento rápido não tem explicações apenas materiais, há algo obscuro nas relações associativas que diz respeito aos perigos da aliança em África. Embora existam claros indícios de desvio de dinheiro, o enriquecimento é um sinal de feitiçaria, a ascensão social indica uma perigosa quebra das relações comensais e é sinal inegável do perigoso conhecimento do mundo invisível que o feiticeiro possui. Após flagrar associados dividindo dinheiro, um dos técnicos ainda afirmou: “Mas essas pessoas de Capanga estão a comprar carros, não sei se estão a se enfeitiçar”. Como colocaria Evans-Pritchard (2005), acerca dos Azande, seus telhados e infortúnios, os moçambicanos sabem que as pessoas compraram carros porque supostamente desviaram o dinheiro, mas ainda existe a necessidade de explicar porque aqueles feiticeiros conseguiram acesso ao dinheiro daquela forma. A questão debatida nos estudos africanistas atualmente é como após anos e anos de discursos modernizantes em África, após milhões de dólares e incontáveis horas gastas em cursos de capacitação sobre o associativismo e democracia, o discursos da feitiçaria ressurgem numa espécie de “re-traditionalização da modernidade” (Geschiere, 2000).

## CONCLUSÃO

Ao contrário do que os cooperantes imaginam, em Tete, as associações não podem cumprir seu propósito de desenvolver paulatinamente a região através da crescente racionalização do espaço público por meio de uma razão comunicativa (Habermas, 1984). A meu ver, isso se dá essencialmente por dois fatores.

Em primeiro lugar, as associações assumiram um papel específico na economia moral da região, a mesma que destina ao negro uma vida de sofrimento na machamba. As associações, nessa visão, cumprem o papel antes reservado ao casamento entre colonizador e colonizadas: o de conectar o mundo branco desenvolvido à realidade local. Nessa confusão de

termos origina-se um grande problema para a cooperação internacional. Uma das maiores reclamações entre os cooperantes é dificuldade de tornar os beneficiários em “agentes do próprio desenvolvimento”, por assim dizer. A quase totalidade dos estrangeiros tem que lidar com incessantes pedidos dos camponeses. Apesar de todas horas gastas em curso de empreendedorismo e livre iniciativa para que o lucro conseguido pelo trabalho dos associados sejam revertidos em favor da prosperidade local, a ideia de que o desenvolvimento só pode ser alcançado através da benevolência do branco e sua dádiva ou por meio dos conhecimentos ocultos da feitiçaria é dificilmente contornada.

Assim, apesar de cada projeto ter uma duração três anos, com o passar do tempo, os associados desenvolveram estratégias para manter o fluxo de bens ocidentais inalterado. A maioria das associações já fez parte de inúmeros projetos de desenvolvimento rural. Todos com metodologias praticamente iguais. Muitas associações fazem parte de mais de um projeto ao mesmo tempo e quase todos membros já sabem cultivar de acordo com as mais modernas técnicas ensinadas pela cooperação internacional. Muito embora, essas técnicas sejam dificilmente replicáveis por uma unidade familiar, devido ao tamanho da área plantada e mão de obra disponível, os camponeses não só desenvolveram meios para convencer os técnicos de projetos em andamento que as medidas implementadas estão funcionando, como também conseguem persuadir novos projetos que sua execução é imprescindível. Toda essa prestidigitação tem como objetivo assegurar o fluxo de sementes, insumos, animais e uma série de bens trazido pelos *zobueras*.

Em segundo lugar, as associações não podem cumprir seu papel de trazer à luz todos as relações e bens da comunidade, sob pena de implodir sua própria estrutura, como aconteceu no caso da Rio Tinto. Grande parte das negociações e diálogos das aldeias se baseia num jogo entre aquilo que pode ser mostrado e dito e no que deve ficar oculto, de modo a evitar olhares invejosos e feitiçeiros invisíveis. Assim, se existe uma tendência aglutinadora que fortalece os laços da associação, na medida em que ela é a porta de entrada para o desenvolvimento dos brancos, existe uma força contrária que tendem a desfazer o grupo assim que os projetos minguam. Sem novos projetos, as regras de comensalidade voltam ao

universo do parentesco e o jogo entre mostrar, dividir e esconder o que se come entre os membros da parentela retornam.

Em Moatize, a Fos-Bélgica, ONG de desenvolvimento rural, após três de anos de implementação de um projeto cultivo com tração animal galgou resultados positivos. No início do projeto, a Fos montou associações e distribuiu gado aos membros, assegurando que, num sistema de rotatividade, todos fossem contemplados com a cria dos animais e pudessem aproveitar das facilidades de plantar com um arado. Todos os membros assistiram cursos de capacitação sobre empreendedorismo, livre iniciativa e fortalecimento institucional. Durante esses três anos, aprenderam como localizar seus problemas e pontos fracos e planificar estratégias para resolvê-los de acordo com os resultados que pretendiam atingir. Receberam seus animais e acompanharam atentamente as explicações técnicas em machambas-modelos. No fim do período financiado, os técnicos partiram atrás de novos projetos. Menos de um ano depois a associação foi desfeita e os animais distribuídos em torno da linhagem paterna de uma das famílias. Tudo isso em meio a acusações de feitiçaria e enriquecimento

Ao que tudo indica, ao fim do financiamento, as associações montadas para aproveitar a chegada dos animais em Tete, desfizeram-se e os fluxos do parentesco local seguiram sua lógica acusatória, fortalecida pela inserção de novos bens no sistema de reciprocidade. A estrutura burocrática fiscalizadora e os curso oferecidos de pouco ou de nada adiantaram.

No entanto, a ideia do desenvolvimento, ao colocar em contato duas estruturas diferentes e contribuir para a falta de entendimento entre aquilo que constitui os benefícios e perigos do pertencimento, abre um espaço de reestruturação simbólica e prática para populações vivendo a margem do desenvolvimentismo. A incapacidade de entendimento e tradução entre duas estruturas colocadas em contato pelo campo simbólico do desenvolvimento oferece uma margem de manobra para camponeses que buscam fugir momentaneamente de um destino inescapável.

A obsessão ocidental por transparência e *accountability* e a tentativa dos habitantes do Baixo Zambeze em incorporar o branco no sistema de trocas local construído no encontro colonial foram unidas no campo discursivo do desenvolvimento e fizeram com que as áreas rurais de Moçambique fosse inundadas com associações, juntando brancos e negros numa

empreitada comum com objetivos diversos ocultos. Nesse sentido, a proliferação de associações e Ongs, antes de ser fruto do sucesso da implementação da democracia em Moçambique como propalado pela comunidade internacional, nasce da incapacidade de comunicação entre as estruturas estrangeiras e a realidade local.

## BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, P. 1979. O Desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Ed. Perspectiva.

EVANS-PRITCHARD, E. E. 2005. *Bruxaria*, oráculos e magia entre os *Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

GESCHIERE, Peter. 1997. *The Modernity of Witchcraft: Politics and the Occult in Postcolonial Africa*. Charlottesville: University of Virginia Press.

\_\_\_\_\_. 2000. "Sorcellerie et modernité: retour sur une étrange complicité". *Politique africaine*, 79, 17-32.

HABERMAS, Jürgen. 1984. *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

ISAACMAN, Allen. 1972. *Mozambique : the Africanization of a European institution : the Zambesi prazos, 1750-1902*. MPublishing, Ann Arbor: Michigan.

SCOTT, J. 1976. *The Moral Economy of the Peasant*, New Haven and London: Yale University Press.

THOMPSON, E.P. 1998. "Economia Moral revisitada" In: *Costumes em Comum*, São Paulo: Companhia das Letras.

WEBER, Max. 2004. *Economia e Sociedade*. Vol. 2. Brasília: Editora da UnB.

WEST, Harry e SANDERS, Todd. 2003. "Power revealed and power concealed in the New World Order" In: West, H. e Sanders, T. (orgs) *Transparency and Conspiracy: ethnographies of suspicion in the new world order*, Durham and London: Duke University Press, pp 1-37.